SUMÁRIO

	Art.
Capítulo I - Das Disposições Preliminares.....	1º
Capítulo II - Da Polícia de Costumes, Segurança e Ordem Pública.....	3º
Seção I - Da Emissão de Ruídos.....	3º
Seção II - Das Vias Públicas.....	6º
Seção III - Dos Coretos, Palanques, Palcos e Instalações Provisórias.....	13
Seção IV - Dos Passeios Públicos.....	15
Seção V - Dos Terrenos e Edificações.....	17
Seção VI - Dos Divertimentos Públicos.....	23
Seção VII - Dos Locais de Culto.....	34
Seção VIII - Do Trânsito Público.....	35
Seção IX - Das Bancas de Revistas.....	41
Seção X - Da Utilização do Cerol.....	42
Capítulo III - Dos Materiais Inflamáveis, Combustíveis e Explosivos.....	43
Capítulo IV - Da Propaganda Em Geral.....	48
Capítulo V - Do Cemitério.....	57
Capítulo VI - Do Controle do Lixo.....	87
Capítulo VII - Das Estradas Municipais.....	93
Capítulo VIII - Do Comércio Ambulante.....	98
Seção I- Do Licenciamento ao Comércio Ambulante.....	101
Seção II- Das Obrigações do Comerciante Ambulante.....	105
Seção III - Das Proibições ao Comerciante Ambulante.....	106
Seção IV - Do Comércio Ambulante Eventual.....	113
Seção V - Das Normas Relativas Ao Comércio Ambulante de Gêneros Alimentícios.....	114
Capítulo IX - Das Feiras Livres.....	115
Capítulo X - Dos Estabelecimentos Industriais, Comerciais e Prestadores de Serviços....	124
Seção I - Do Licenciamento.....	124
Seção II - Do Horário de Funcionamento.....	132
Capítulo XI- Da Higiene das Edificações e da Alimentação.....	138
Capítulo XII - Das Medidas Referentes aos Animais.....	140
Capítulo XIII - Da Fiscalização.....	145
Seção I - Das Infrações.....	146
Seção II - Das penalidades.....	149
Seção III - Da Advertência ou Notificação Preliminar.....	153
Seção IV - Das Multas.....	155
Seção V- Da Apreensão de Material, Produto ou Mercadoria	162

Seção VI - Da Interdição.....	164
Capítulo XIV - Do Procedimento Administrativo.....	167
Seção I - Das Autuações.....	167
Subseção I - Do Auto de Infração.....	167
Subseção II - Dos Autos de Apreensão de Materiais ou Produtos e da Interdição de Estabelecimentos.....	170
Seção II- Da Defesa do Autuado.....	171
Seção III - Da Decisão Administrativa.....	175
Seção IV- Do Recurso.....	177
Seção V - Dos Efeitos das Decisões.....	181
Seção VI- Da Representação.....	183
Capítulo XV - Disposições Gerais.....	185

LEI COMPLEMENTAR Nº 177/2006

(alterações dadas pela Lei Complementar nº 230/08)

DISPÕE SOBRE ELABORAÇÃO DO CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE SERRANA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE, Prefeito Municipal de Serrana, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Capítulo I Das Disposições Preliminares

Art. 1º. Esta lei contém medidas de polícia administrativa, a cargo do município, em matéria de segurança, ordem pública, costumes locais e funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, regulando relações entre a Administração Municipal e os Municípios, visando disciplinar o uso e o gozo dos direitos individuais e do bem-estar geral.

Art. 2º. Cabe a Administração Municipal através de seus funcionários municipais responsáveis pelos diversos setores, zelar pela aplicação dos dispositivos desta Lei.

Capítulo II Da Polícia de Costumes, Segurança e Ordem Pública.

Seção I Da Emissão de Ruídos

Art. 3º. Os proprietários, gerentes e seus auxiliares serão responsáveis pela manutenção da ordem e segurança das atividades promovidas nos seus estabelecimentos.

Parágrafo Único. Os proprietários e gerentes ficam sujeitos a pena de multa no caso da ocorrência de desordens, algazarras, barulho, poluição sonora e movimentação externa, que porventura sejam verificadas nos seus estabelecimentos, podendo ser casada à licença de funcionamento e ainda se reincidente, fechamento imediato do estabelecimento.

Art. 4º. É proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos, com utilização de:

I. Motores de explosão desprovidos de silenciosos ou com estes adulterados, fora de especificação ou em mau estado de funcionamento;

II. Buzinas, clarins, tímpanos, campainhas, sinos ou assemelhados;

III. Propaganda realizada através de alto-falantes, bumbos, tambores, cornetas, e outros instrumentos assemelhados sem prévia autorização da Administração Municipal;

IV. Os produzidos por arma de fogo;

V. Morteiros, bombas e demais fogos ruidosos;

VI. Aparelhos eletrônicos de som com volume excessivo utilizados em estabelecimentos comerciais, de serviços, veículos, áreas de lazer, serviços de som, templos religiosos e residências;

VII. Apitos ou silvos de sirenes de fábricas, cinemas ou estabelecimentos outros, por mais de 30 (trinta) segundos ou entre 22 (vinte e duas) horas e 7 (sete) horas;

VIII. Bataques e outros divertimentos congêneres, sem licença das autoridades.

Parágrafo Único. Estabelecimentos e residências que produzam atividades e sons incômodos deverão adequar suas edificações em conformidade com o estabelecido na Lei do Plano Diretor, Título II, do Ordenamento do Território, Anexo 1 e Quadros 1, 2 e 3.

Art. 5º. É vedada qualquer atividade que produza ruído, nas proximidades de escolas e residências no período das 22 (vinte e duas) horas a 7 (sete) horas.

§1º. No período compreendido entre 7 (sete) horas e 22 (vinte e duas) horas as atividades geradoras de poluição sonora, deverão cumprir as medidas mitigadoras constantes do Anexo 1. Quadro 1, 2 e 3, da Lei do Plano Diretor.

§2º. Estabelecimentos já existentes, terão prazo de 1 (um) ano para adequação às medidas mitigadoras, caso contrário não terão renovação de Alvará de Funcionamento.

Seção II

Das Vias Públicas

Art. 6º. Os serviços de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos serão executados diretamente pela Prefeitura ou por concessão.

Art. 7º. É absolutamente proibido, em qualquer caso, varrer lixo ou detritos sólidos de qualquer natureza, para os bueiros dos logradouros públicos.

Art. 8º. É proibido fazer varredura do interior dos prédios, dos terrenos e dos veículos para a via pública, assim como proibido é despejar ou atirar papéis, anúncios, reclames ou quaisquer detritos sobre o leito de logradouros públicos.

Art. 9º. Para se preservar a higiene pública, fica terminantemente proibido:

I. O escoamento de águas servidas das edificações providas de redes de esgoto;

II. Conduzir, sem as precauções devidas, quaisquer materiais que possam comprometer o passeio das vias públicas;

III. Queimar, mesmo que nos próprios quintais, lixo ou quaisquer objetos, em quantidade e/ou qualidade, capaz de molestar a vizinhança;

IV. Às oficinas, garagens e empresas de transporte em geral, proceder o conserto bem como limpeza ou lavagem de veículos estacionados em vias públicas;

V. O transporte de cana, sem que a carga esteja devidamente acondicionada, de modo a não permitir a perda do produto, por mínima que seja, ao longo do percurso.

Art. 10. Toda utilização do solo público urbano, por concessionárias de serviços, deverão ser precedida de licença da Administração Municipal, por intermédio de requerimento e aprovação de projetos específicos.

Parágrafo Único. Os relógios, estátuas, fontes ou quaisquer monumentos somente poderão ser colocados nos logradouros públicos, se comprovado o seu valor artístico ou cívico, a critério da Administração Municipal.

Art. 11. A arborização e o ajardinamento das praças e vias públicas serão atribuições exclusivas da Administração Municipal.

Parágrafo Único O disposto neste artigo poderá ser delegado a terceiros, desde que haja interesse da Administração Municipal.

Art. 12. Nos logradouros abertos por particulares, com licença da Administração Municipal, é facultado aos interessados promover e custear a respectiva arborização.

Seção III

Dos Coretos, Palanques, Palcos e Instalações Provisórias

Art. 13. Poderão ser armados coretos, palanques, palcos e instalações provisórias nos logradouros públicos para comícios políticos, festividades religiosas, cívicas, ou de caráter popular, desde que sejam observadas as seguintes condições:

I. Aprovação da localização pelo Município;

II. Inexistência de perturbação do trânsito público, pedestre ou veicular;

III. Ausência de prejuízo para o calçamento ou escoamento das águas pluviais, ficando os responsáveis pelas festividades responsáveis pelos reparos necessários;

IV. Remoção das instalações no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do encerramento dos festejos;

Parágrafo Único. Findo o prazo estabelecido no inciso IV, fica o organizador do evento sujeito às penalidades previstas nesta lei, ficando facultado à Administração Municipal a remoção do coreto ou palanque para o depósito público, cobrando do responsável às despesas de desmontagem, remoção e depósito desses materiais.

Art. 14. Com exceção dos casos previstos no artigo 28, nenhum material poderá permanecer nos logradouros públicos.

Seção IV Dos Passeios Públicos

Art. 15. É terminantemente proibida a ocupação dos passeios públicos por quaisquer usos, atividades ou materiais, que não seja o trânsito de pedestres.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços, industriais e os imóveis residências, em desacordo com o estabelecido no caput terão prazo de 90 (noventa) dias após publicação desta Lei, para readequação.

Art. 16. Os proprietários são responsáveis pela limpeza do passeio, guias e sarjetas fronteiros às suas propriedades.

Seção V Dos Terrenos e Edificações

Art. 17. Os imóveis urbanos, edificados ou não, bem como os imóveis rurais edificados, deverão ser conservados de forma adequada a seu uso, observadas as exigências das autoridades.

Art.18. Os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores, a qualquer título de imóveis particulares edificados ou não, localizados na zona urbana e rural do município, ficam obrigados a mantê-los limpos e conservados, com seus quintais, pátios e demais edificações livres de mato, de resíduos, de detritos, de entulhos, de sucatas, de água parada em áreas cobertas ou descobertas ou qualquer outro material nocivo à vizinhança.

§1º. A limpeza e conservação de imóveis edificados ou não, em relação às obrigatoriedades mencionadas no caput são de responsabilidade dos proprietários.

§ 2º. É proibido manter imóveis edificados abandonados.

Art. 19. A limpeza de imóveis urbanos não edificados é de competência dos proprietários.

Parágrafo Único. É proibido atear fogo para fazer a limpeza de terrenos em áreas urbanas do município.

Art. 20. É obrigatória a construção de muros e calçadas em todos os imóveis edificados ou não na zona urbana do município de Serrana.

Parágrafo Único. Nos imóveis mencionados no caput fica proibida o uso de matérias/plantas que possam causar ferimentos..

Art. 21. Em limite de área urbana e rural a construção de muro e cerca deverá ser dividida entre os proprietários, de acordo com o Código Civil Brasileiro.

Art. 22. Os proprietários terão prazo de até 120 (cento e vinte) dias após notificação da Administração Municipal, para executar os muros e calçadas em seus terrenos.

Parágrafo Único. No caso de descumprimento do estabelecido no caput, a Administração Municipal poderá executar direta ou indiretamente os serviços, cobrando dos proprietários os valores correspondentes.

Seção VI

Dos Divertimentos Públicos

Art. 23. Consideram-se divertimentos públicos, para os efeitos deste Código, aqueles realizados nas vias, logradouros públicos ou recintos fechados de livre acesso ao público.

Art. 24. Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem licença da Administração Municipal.

§1º. O requerimento de licença para funcionamento de qualquer casa de diversão será instruído com a prova do cumprimento de todas as exigências regulamentares referentes à construção e à higiene do edifício e alvará do Corpo de Bombeiros, caso necessário.

§ 2º. As atividades mencionadas no caput estarão sujeitas ainda ao recolhimento das taxas devidas.

Art. 25. Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as disposições do Corpo de Bombeiros, do Código de Obras e Edificações do Município e ainda, da Vigilância Sanitária.

Art. 26. Nenhuma diversão pública será realizada no município, sem o respectivo alvará de licença e funcionamento, no qual deverá estar estabelecido o horário das atividades.

Parágrafo Único. A emissão do alvará mencionado no caput estará sujeito ao recolhimento dos devidos tributos e taxas.

Art. 27. Num raio de 100 (cem) metros de hospitais, casas de saúde, pronto-socorros, escolas e templos religiosos não será concedido alvará de funcionamento para diversões públicas.

Art. 28. Os divertimentos públicos, apesar de autorizados, só poderão funcionar após vistoria prévia do setor competente da Administração Municipal.

Art. 29. Ao conceder a autorização, poderá a Administração Municipal estabelecer as restrições que julgar convenientes, no sentido de assegurar a higiene, a ordem, à segurança, moralidade e o sossego da vizinhança.

Art. 30. Fica proibida a realização de eventos do tipo karaokê, shows, espetáculos ou mesmo a veiculação de sons por semoventes ou estacionários em postos de combustíveis, que pela natureza do produto comercializado devem evitar a concentração de

peessoas para não colocar em risco a segurança e a integridade física da população, uma vez que, durante esses eventos, existe consumo de bebidas alcoólicas, tabagismo e utilização de telefonia celular.

Art. 31. Ficam excluídas das atividades mencionadas nesta seção, as reuniões sem convites ou entradas pagas, levadas a efeito por clubes, entidades de classe em sua sede, ou as realizadas em residências particulares.

Art. 32. O requerimento para o funcionamento do estabelecido no artigo e parágrafos deverá ser endereçado ao setor competente e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias e deverá conter os seguintes documentos:

- I. Parques de Diversões, Circos e Similares de caráter ambulante:
 - a. Indicação do local de instalação e horário de funcionamento;
 - b. Autorização do proprietário do terreno;
 - c. Certificado de Vistoria da Administração Municipal e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
 - d. Guia de pagamento do Alvará de Licença e ISSQN, expedido pela Prefeitura mediante o recolhimento das taxas devidas, conforme especificado no Código Tributário Municipal;
 - e. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do Engenheiro Responsável e laudo técnico de montagem, relatando as condições de funcionamento dos equipamentos, ambas firmadas por profissionais habilitados;
 - f. Alvará Sanitário.
- II. Quermesses:
 - a. Programa das festividades;
 - b. Autorização do responsável pelo evento;
 - c. Certificado de Vistoria da Administração Municipal e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
 - d. Alvará Sanitário.
- III. Empresas que exploram o uso de máquinas ou aparelhos mecânicos, eletromecânicos, manuais, máquinas musicais, videogames e similares:
 - a. Prova de inscrição municipal;
 - b. Guias de recolhimento de impostos e taxas municipais;
 - c. Alvará do Juizado de Menores da Infância e Juventude;
 - d. Contrato Social e CNPJ atualizado.
- IV. Casas de Diversões, Clubes, Boates, Discotecas, Bares Dançantes, Bares Musicais, Restaurantes com Música ao Vivo:
 - a. Certificado de Vistoria do Departamento de Obras Públicas e Viação da Administração Municipal, incluindo Laudo Específico sobre nível de ruído;
 - b. Laudo de Vistoria do Corpo de Bombeiros e Alvará Sanitário expedido pelo Departamento Municipal de Saúde;
 - c. Contrato Social e CNPJ atualizado;
 - d. Contrato de Locação ou Certidão de Registro do Imóvel;

- e. Alvará do Juizado de Menores da Infância e Juventude.
- V. Realização de Shows e Similares, com fins lucrativos em logradouros e praças públicas:
 - a. Alvará Municipal e recolhimento do ISSQN, expedido pela Prefeitura mediante o recolhimento das taxas devidas, conforme especificado no Código Tributário Municipal;
 - b. Autorização para uso do local onde será realizado o evento;
 - c. Alvará do Juizado de Menores da Infância e Juventude;
 - d. Certificado de Vistoria da Administração Municipal e Laudo de Vistoria do Corpo de Bombeiros.
- VI. Trenzinhos ou Similares:
 - a. Requerimento solicitando o Alvará;
 - b. Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
 - c. Declaração de Responsabilidade contra terceiros;
 - d. Xérox do CPF e do RG do proprietário e do motorista, autenticada em Cartório;
 - e. Xérox do certificado de registro do veículo, IPVA e seguro obrigatório atualizado, autenticados em Cartório;
 - f. Xérox de atestado de sanidade mental do profissional responsável, autenticado em Cartório;
 - g. Decalque do chassi do veículo e da carroçaria;
 - h. Comprovante de domicílio fiscal do proprietário e do motorista;
 - i. Xérox do Contrato Social e CNPJ atualizados;
 - j. Vistoria efetuada por Engenheiro Mecânico sobre vagões e carroçarias;
 - k. Recolhimento do ISSQN, expedido pela Prefeitura mediante o recolhimento das taxas devidas, conforme especificado no Código Tributário Municipal;
 - l. Autorização da Comissão Municipal de Trânsito (COMUTRAN) sobre o trajeto a ser percorrido;
 - m. Vistoria do CIRETRAN local.
- VII. Rodeios, Festa do Peão de Boiadeiro, Montarias e similares.
 - a. Requerimento solicitando o Alvará;
 - b. Recolhimento do ISSQN, expedido pela Prefeitura mediante o recolhimento das taxas devidas, conforme especificado no Código Tributário Municipal;
 - c. Laudo de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
 - d. Alvará da Vigilância Sanitária do recinto, acompanhado a posterior dos respectivos Laudos de Vistorias de todas as barracas e / ou ambulantes que vierem a se instalar no ambiente;
 - e. Laudo Técnico, seguido de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), assinado por Engenheiro, atestando as boas condições de uso dos equipamentos,

arquibancadas desmontáveis etc. que, por ventura, vierem a ser instalados no local, bem como de toda a parte elétrica instalada;

f. Declaração do responsável pela realização do evento, com reconhecimento de firma em cartório, onde o mesmo declara que, no local do rodeio, festa do peão de boiadeiro, montarias e similares, não serão servidos quaisquer tipos de bebidas e ou refrigerantes em recipientes de vidro.

g. Veterinário responsável, Guia de Trânsito de Animais (GTA) dos respectivos animais.

Art. 33. Nos locais de diversões públicas, além das previstas neste Código, o Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária, deverão observar suas respectivas normas.

Seção VII Dos Locais de Culto

Art. 34. Nas igrejas, templos e casas de culto, os locais destinados ao público deverão ser mantidos limpos, seguros, arejados e iluminados.

Parágrafo Único. O Alvará de Licença e Funcionamento deverá ser renovado anualmente, para manter a segurança e a integridade física da população e sua emissão estará condicionada ao cumprimento das medidas mitigadoras constantes do Anexo 1, (Quadros 1, 2 e 3), constante do Título II da Lei do Plano Diretor.

Seção VIII Do Trânsito Público

Art. 35. O trânsito, de acordo com as leis vigentes, é livre e sua regulamentação tem por objetivo manter a ordem, a segurança e o bem estar dos transeuntes e da população em geral.

Art. 36. É proibido embarçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios e caminhos públicos, exceto para assuntos de interesse público, ou quando exigências policiais o determinarem.

Art. 37. Aplicam-se integralmente a este Código o disposto no Código de Trânsito Brasileiro e suas alterações.

Art. 38. A Administração Municipal, em até 180 (cento e oitenta) dias após aprovação desta Lei, editará Decreto Regulamentando a Carga e Descarga na Zona Urbana de Serrana.

Parágrafo Único. Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, deverá ser colocada sinalização diurna e noturna.

Art. 39. É proibido tirar ou danificar sinais colocados nas vias, estradas ou caminhos públicos, para qualquer tipo de sinalização que esta esteja indicando, cabendo ao infrator a penalidade prevista.

Art. 40. Compreende-se na proibição do artigo anterior o depósito de quaisquer materiais inclusive de construção, nas vias públicas em geral.

Parágrafo Único. Uma vez aprovado pelo Conselho Municipal de Trânsito e Conselho Municipal de Política Urbana, Projeto de Lei Específico será enviado à Câmara para Aprovação.

Seção IX

Das Bancas de Revistas

Art. 41 As bancas para venda de jornais e revistas poderão ser permitidas nos logradouros públicos, desde que satisfaçam às seguintes condições:

- I. Através de Alvará de Licença e Funcionamento, tenham sua localização aprovada;
- II. Apresentem bom aspecto quanto à sua construção, obedecendo aos critérios indicados pelo Departamento de Obras da Administração Municipal;
- III. Não perturbem o sossego público;
- IV. Sejam de fácil remoção.

Seção X

Da utilização de Cerol

Art. 42. Fica proibido a utilização de material cortante, mais conhecido como Cerol, em linhas de pipas, papagaios ou outros assemelhados no município de Serrana.

Parágrafo Único. A utilização de que trata este artigo se estende as áreas publicas ou privadas do município de Serrana

Capítulo III

Dos Materiais Inflamáveis, Combustíveis e Explosivos

Art. 43. Na fabricação, comércio e transporte de materiais inflamáveis, combustíveis e explosivos serão observadas as normas pertinentes Federais, Estaduais e Municipais em vigor.

Art. 44. São considerados materiais inflamáveis, combustíveis e explosivos os materiais assim definidos em lei.

Art. 45. É absolutamente proibido:

- I. Fabricar materiais inflamáveis, combustíveis e explosivos sem prévia licença ou em local não autorizado pelo Município;
- II. Manter depósito de substâncias inflamáveis, combustíveis e explosivas ou de explosivos sem atender às exigências legais, quanto à construção e à segurança;

III. Depositar ou conservar nas vias públicas, mesmo provisoriamente, inflamáveis, combustíveis e explosivos.

Art. 46. Os depósitos de inflamáveis, combustíveis e explosivos só serão construídos em locais especialmente designados pelo Município, observadas as normas estabelecidas pelo Código de Uso e Ocupação do Solo e do Código de Edificações.

Art. 47. É expressamente proibido:

I. Queimar fogos de artifício, bombas, busca-pés, morteiros ou outros fogos perigosos, nos logradouros públicos ou em janelas e portas dos prédios lindeiros a áreas públicas;

II. Soltar balões em todo território do Município;

III. Fazer fogueiras, nos logradouros públicos, sem prévia autorização da Administração Municipal;

IV. Utilizar sem justo motivo, armas de fogo dentro do perímetro urbano do Município.

Capítulo IV **Da Propaganda Em Geral**

Art. 48. A colocação de cartazes, faixas, letreiros, quadros, painéis, anúncios, mostruários e similares, para fins publicitários, será permitida em imóvel a particulares, desde que os mesmo estejam no alinhamento do prédio, sem avançar no passeio, ao nível do piso.

§ 1º. Quanto a estes elementos, serão permitidos que se projetem no passeio, a uma altura não inferior a 2,30 m (dois metros e trinta centímetros), presos por suportes e fixadores resistentes, desde que não ultrapasse 2/3 (dois terços) da largura do passeio, e não interfira nas sinalizações de trânsito e nas redes elétrica e telefônica.

§ 2º. O interessado na publicidade encaminhará requerimento solicitando a instalação, informando o teor do painel, efetuando o pagamento das taxas devidas.

Art. 49. A publicidade não poderá ser feita em praças, logradouros, ruas, calçadas, muros, postes, paredes e próprios municipais, vedada a utilização de árvores das vias públicas para a sua fixação.

Art. 50. A publicidade de caráter filantrópico e beneficente será autorizada em locais previamente determinados pela Administração Municipal pelo prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da permissão.

Art. 51. Será permitida a colocação de faixas, cartazes, painéis e placas de eventos de caráter cultural, esportivo, turístico e lazer, patrocinados ou apoiados por empresas privadas, pelo prazo consignado no alvará.

Art. 52. É vedada a colocação de cartazes em postes de iluminação pública ou paredes, sem prévia autorização escrita do seu proprietário.

Art. 53. A propaganda verbal, em lugares públicos, por meio de amplificadores de som, autofalantes e propagandistas, deverão ser previamente autorizada pela Administração Municipal.

Art. 54. A colocação de outdoors somente será permitida em terrenos de propriedade particular, distanciados 50 (cinquenta) metros entre si, antecedida de autorização do órgão competente e depois de expedido o referido alvará e pagas as taxas devidas.

§ 1º. A colocação da estrutura do outdoor será de responsabilidade daquele que utilizar o espaço de publicidade ou da firma responsável pela sua criação e manutenção.

§ 2º. A colocação destas estruturas, próximas de edificações, deverá atender as condições mínimas de segurança e de estabilidade contra a ação dos ventos.

§ 3º. É proibida a colocação de outdoors em terrenos públicos, devendo a Administração retirá-lo independentemente de qualquer tipo de notificação

Art. 55. A Administração Municipal adotará padrão para a instalação de placas, painéis, e outros meios de publicidade, evitando poluição e preservando a estética urbana.

Parágrafo Único. Nenhum dos meios de publicidade referido neste artigo será afixado antes de expedido o alvará administrativo.

Art. 56. Fica proibida a colocação de cartazes, faixas, placas, tabuletas, impressos, adesivos e outros, bem como pinturas, sejam quais forem as suas finalidades, formas e composições, nos seguintes casos:

- I. Nas árvores particulares, das vias e logradouros públicos;
- II. Nas praças, vias, logradouros e locais públicos;
- III. Nas estátuas, bustos e monumentos;
- IV. Em qualquer parte dos cemitérios ou interior dos mesmos, bem como nos templos religiosos de qualquer credo;
- V. Nos postes de energia elétrica, iluminação, indicativos de trânsito e de telefone;
- VI. Nas caixas do correio e coleta de lixo;
- VII. Nas guias de calçamento, nas escadarias dos edifícios públicos e ou particulares, nos passeios e revestimentos asfálticos das vias e logradouros públicos;
- VIII. Nas colunas, paredes, muros e tapumes dos edifícios públicos;
- IX. Sobre outros cartazes e propagandas protegidas por Licença Municipal;
- X. Quando contiverem dizeres ou referências ofensivos à moral ou desfavoráveis a indivíduos, instituições ou crenças;
- XI. Quando de linguagem incorreta;
- XII. Em áreas de preservação permanente ou de proteção ambiental;
- XIII. Quando, pelo seu número e má distribuição, possam prejudicar o aspecto paisagístico da cidade;

XIV. Quando prejudicarem a visão e a perspectiva panorâmica dos monumentos históricos e tradicionais;

XV. Quando, por qualquer forma, prejudicarem a aeração ou insolação dos prédios em que estiverem colocados ou de prédios vizinhos;

XVI. Quando, de alguma forma, causem poluição visual, a critério da Administração Municipal.

Capítulo V Do Cemitério

Art. 57. A administração do cemitério municipal compreende as seguintes atividades básicas:

I. Conceder terrenos para sepultamentos;
II. Fiscalizar a utilização das concessões, para que sejam observados os fins a que se destinam;

III. Autorizar a transferência de concessões;

IV. Proceder à manutenção e conservação das áreas livres;

V. Autorizar inumações, exumações e renumações.

Parágrafo Único. As atividades previstas, neste artigo, serão objeto de disciplina específica do cemitério municipal.

Art. 58. O cemitério municipal será livre a todos os cultos religiosos e à prática dos respectivos ritos, desde que não ofendam a moral, os bons costumes e a legislação vigente.

Art. 59. O cemitério municipal comportará parques reservados e terá as suas áreas arruadas, demarcadas, arborizadas e ajardinadas, de acordo com a planta previamente aprovada.

Art. 60. O cemitério municipal será administrado de acordo com as normas contidas no presente Código e pelo que dispuserem os demais atos próprios.

Art. 61. Novos cemitérios deverão ser estabelecidos em áreas estabelecidas pelo zoneamento urbano e o projeto de construção, necessário ao seu funcionamento, submetido à aprovação do Município.

Art. 62. As necrópoles funcionarão diária e ininterruptamente das 07:00 às 17:00 horas.

Art. 63. Os serviços de sepultamento só se realizarão no horário das 08:00 às 17:00 horas, salvo em casos excepcionais.

Art. 64. Os sepultamentos serão feitos independentemente da crença religiosa, convicção filosófica ou ideologia política do falecido.

Art. 65. Em todo e qualquer sepultamento será necessária a exibição da Certidão de Óbito, extraída pelo escrivão competente do local em que se tiver dado o falecimento.

Parágrafo Único. O sepultamento poderá, contudo, ser feito sem a Certidão de Óbito, após decorridas 24 horas do falecimento e somente nos casos estabelecidos pela Legislação Federal pertinente.

Art. 66. No próprio livro de sepultamento será feita a anotação da Certidão de Óbito, com os dizeres que forem necessários.

Art. 67. Qualquer cadáver que for levado aos cemitérios, encontrado dentro deles ou junto às suas portas, que não esteja acompanhado dos documentos competentes, terá seu sepultamento interditado pelo administrador geral, que comunicará o fato imediatamente à autoridade policial, detendo toda e qualquer pessoa que for apanhada no ato do transporte do cadáver.

Parágrafo Único. O sepultamento nessa hipótese será feito à vista da guia da Autoridade Policial, a qual deverá conter as indicações obtidas nas averiguações procedidas.

Art. 68. Nos casos do artigo anterior, o sepultamento somente será feito após a liberação pelo Instituto Médico Legal.

Art. 69. Na hipótese prevista no parágrafo único do artigo 66, o registro de sepultamento conterà expressamente as providências tomadas e as indicações que puderem ser obtidas com a inspeção ocular, tais como: a idade presumível, cor, estatura, sexo, etc.

Art. 70. Os sepultamentos não poderão, em regra geral, serem feitos antes das 24 horas do momento do falecimento, salvo quando a Autoridade Médico-Sanitária atestar que:

- I. A “causa mortis” é moléstia contagiosa ou epidêmica;
- II. O cadáver apresenta sinais inequívocos de putrefação.

Parágrafo Único. Nenhum cadáver permanecerá insepulto no cemitério após 36 (trinta e seis) horas do momento do óbito, e, contrário, disso só dar-se-á se o corpo estiver devidamente conservado por qualquer processo ou se houver ordem expressa da Autoridade Policial, Judiciária ou Sanitária.

Art. 71. As formalidades previstas no parágrafo único do artigo anterior poderão ser dispensadas para o cadáver que tiver sido trazido de fora do Município, desde que acondicionado em caixão apropriado e acompanhado de atestado da autoridade competente do local, onde se deu o falecimento, em que conste a identidade do morto e a respectiva “causa mortis”.

Art. 72. Cada cadáver será enterrado em esquife próprio, salvo na hipótese de ocorrência de óbito em tal número que se torne impraticável a confecção de caixões em quantidade suficiente.

Art. 73. Os sepultamentos serão feitos: em sepultura cedida mediante concessão provisória, em sepultura cedida por tempo determinado, com renovação, ou em sepultura perpétua, mediante o pagamento das taxas públicas, conforme especificado no Código Tributário Municipal.

§ 1º. Por sepultura provisória, entende-se aquela cedida pelo prazo de 5 (cinco) anos. Findo esse prazo e após 30 (trinta) dias, serão removidos os restos mortais nela existentes.

§ 2º. Sepultura por tempo determinado é aquela concedida por 25 (vinte e cinco) anos, com direito à renovação por idêntico período;

§ 3º. Por sepultura perpétua, entende-se aquela que for concedida com a denominação de perpétua, mas condicionada tal perpetuidade à existência da própria necrópole e à inexistência de sinais inequívocos de abandono ou de ruína.

§ 4º. Extinguindo-se a necrópole, estará, em consequência, extinta a sepultura perpétua, não assistindo, assim, ao concessionário, qualquer direito de transferência da referida concessão perpétua para outro cemitério, sem prejuízo de indenizações por motivo de desapropriação previstas em Lei.

Art. 74. O administrador geral é obrigado a mandar fazer os sepultamentos dos corpos que forem levados ao cemitério, uma vez cumpridas as exigências legais; para esse fim haverá de ter, sempre, um número suficiente de sepulturas abertas.

Parágrafo Único. As solicitações de aberturas de sepulturas, ou providências outras, para fins de inumação ou exumação, somente serão atendidas pelo administrador geral dos cemitérios se formuladas pessoal e expressamente pelo concessionário, ou quem de direito, no prazo de até 06 (seis) horas, contadas antes do horário previsto para o sepultamento e mediante prévia vistoria do túmulo pelos familiares.

Art. 75. Nos escritórios das administrações de cemitérios, ou no setor competente da Administração Municipal deverá estar sempre disponível para o público a Planta Geral do Cemitério, rigorosamente atualizada e com a indicação dos terrenos vagos para a concessão provisória, por tempo determinado ou perpétua.

Parágrafo Único. Igualmente deverá ficar exposta, em lugar bem visível, a tabela de preços públicos vigentes que devem ser cobrados para os diversos serviços.

Art. 76. As concessões serão permitidas, a título provisório, por tempo determinado e perpétua, de terrenos vagos e de carneiras a particulares, famílias, sociedades civis, instituições, corporações, irmandades ou confrarias religiosas, desde que o interessado solicite em requerimento protocolado, contendo as seguintes informações imprescindíveis:

- I. Nome, profissão, RG. e a residência da pessoa que faz o pedido;
- II. Nome e residência da pessoa ou família, nome, atividade e sede da sociedade, instituição, corporação, irmandade ou confraria à qual será feita a concessão, juntando-se comprovante de constituição da entidade;
- III. Dimensão e situação do terreno pretendido;
- IV. Quantidade de carneiras;
- V. Indicação dos familiares a serem sepultados no local;
- VI. As condições em que se pretende quitar o preço público.

Parágrafo Único. Será instituído livro próprio, destinado a registrar os pedidos de concessão de terrenos, atendidos pela ordem de inscrições.

Art. 77. As concessões de sepulturas não poderão ser objeto de qualquer transação, ressalvadas as hipóteses abaixo previstas:

I. No regime de concessão deverá constar dos contratos, pela ordem de preferência, os nomes dos familiares do concessionário, ou de pessoas a ele ligadas, a quem, na falta de posterior decisão de última vontade, a concessão será transferida após a sua morte. Poderá, ainda, o concessionário, em vida, transferir a concessão para seu cônjuge e descendentes diretos, comparecendo ele perante a Autoridade Municipal para efetivação da transferência mediante a lavratura de novo contrato.

II. Na falta de qualquer das providências previstas neste artigo, a concessão será transmitida ao cônjuge do concessionário, ou a um de seus descendentes.

III. Somente terá direito à petição, junto à Administração Municipal, o concessionário ou, pela ordem de preferência, citada no inciso anterior.

Art. 78. Consideram-se em abandono as sepulturas que não recebem os serviços de limpeza e conservação, necessários à decência do cemitério. Consideram-se em ruína, aquelas nas quais não foram feitas as obras ou serviços de reparação, reforma ou reconstrução necessárias à segurança de pessoas, de bens e à salubridade dos cemitérios.

Art. 79. Os concessionários de terrenos, ou seus representantes são obrigados a fazer serviços de limpeza e obras de conservação das muretas, canteiros, túmulos, jazigos e mausoléus que tiverem construído.

Parágrafo Único. Fica proibida a existência de vasos ou outros recipientes que acumulem água no interior dos cemitérios, cabendo ao administrador a determinação de furar os vasos fixos e de retirar outros recipientes, para que os mesmos não se constituam em criadouros (pernilongos) e de mosquitos transmissores de doenças, como Dengue e Febre Amarela.

Art. 80. Quando o administrador geral dos cemitérios constatar a existência de sepultura em abandono ou em ruína comunicará o fato ao seu Superior, para as providências cabíveis.

§ 1º. Constatado que o estado de ruína ou abandono traz riscos à segurança pública ou à salubridade do cemitério, o administrador procederá à vistoria técnica da sepultura e oferecerá laudo em 3 (três) dias, especificando as reparações necessárias e urgentes.

§ 2º. À vista do laudo, o Departamento competente da Administração Municipal mandará expedir edital de chamada, pela imprensa oficial do Município e, em jornal local, por 3 (três) dias consecutivos, notificando o concessionário, que terá prazo de 30 (trinta) dias, improrrogável, a partir da última publicação, para proceder às obras de reparação da sepultura.

§ 3º. Findo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, sem que o concessionário tenha procedido às obras de reparação, a concessão será declarada extinta.

§ 4º. Declarada extinta a concessão, antes que se haja procedido à exumação, ou seja, a remoção dos restos mortais. Estes serão exumados e colocados em vala única, em local determinado pelo Município.

Art. 81. Nenhuma exumação será feita, salvo:

- I. Se for autorizada pela Autoridade competente, cumpridos os prazos e formalidades prescritos pelo Município, e demais legislação aplicável;
- II. Se for requisitada por escrito, por Autoridade Judiciária ou Policial, em diligência no interesse da justiça.

Art. 82. As exumações referidas no artigo anterior, deverão ter sido requeridas, por escrito, pelas pessoas interessadas, que deverão alegar e fazer constar:

- I. Os dados pessoais de quem fez o pedido;
- II. A razão do pedido e a causa da morte, conforme Certidão de Óbito respectiva;
- III. Solicitação de consentimento da Autoridade Policial, com jurisdição sobre todo o Município, se a exumação for feita para a translação do cadáver para outro Município;
- IV. Solicitação de consentimento da Autoridade Consular respectiva, se a exumação for feita para translação para outro país.

§ 1º. A exumação será feita depois de tomadas, pelas Autoridades Sanitárias todas as precauções necessárias à saúde pública.

§ 2º. O interessado recolherá previamente o preço público devido para salvaguardar as despesas com o material e pessoal necessário à exumação.

§ 3º. O administrador geral do Cemitério Municipal assistirá à exumação para verificar se foram satisfeitas as condições estabelecidas.

§ 4º. No livro de registro serão feitas todas as anotações julgadas necessárias.

Art. 83. Nenhuma necropsia poderá ser efetuada senão mediante requisição e autorização judicial, policial ou sanitária.

Art. 84. Os cadáveres que tenham sido objeto de necropsia, praticada fora do Cemitério Municipal, somente serão conduzidos aos cemitérios e recebidos para inumação se estiverem encerrados em caixões especiais.

Art. 85. A representação de interessados perante a administração do cemitério, somente será feita mediante instrumento público de mandato com fins especiais.

Art. 86. Pelos serviços que executar no Cemitério Municipal, pela concessão da sepultura, exame de projetos, construção de carneiros e demais atividades afins, previstas neste Código, o Município cobrará os preços públicos baixados pelo Prefeito, por Decreto.

Capítulo VI

Do Controle do Lixo

Art. 87. O lixo das habitações será recolhido em coletores apropriados, de acordo com as instruções baixadas pela Administração Municipal, para serem removidos pelo serviço de limpeza pública.

§ 1º. O lixo deverá ser acondicionado em sacos plásticos apropriados.

§ 2º. O lixo deverá ser colocado a porta das residências ou estabelecimentos, nos horários predeterminados pela Administração Municipal.

§ 3º. Com antecedência a Administração Municipal Dara ampla divulgação, para ciência dos usuários dos horários de coleta do lixo.

Art. 88. Não serão considerados como lixo os resíduos industriais de fabricas e oficinas, os restos de materiais de construção, os entulhos provenientes de demolições, as matérias excrementícias e restos de forragens de cocheiras estábulos, as palhas e outros resíduos das casas comerciais, bem como terra, folhas e galhos dos jardins e quintais particulares, os quais deverão ser removidos as expensas dos respectivos inquilinos e proprietários, sendo depositados em locais indicados pela Administração Municipal, não sendo permitido jogá-los em terrenos baldios.

§ 1º. Os resíduos, de que trata este artigo, poderão ser recolhidos pela Secretaria Municipal de Infra-estrutura, mediante previa solicitação do interessado, de acordo com as taxas fixadas através do Código Tributário Municipal.

§ 2º. Os resíduos industriais deverão ser transportados pelos interessados para local previamente designado pela Administração Municipal.

§ 3º. Com antecedência a Administração Municipal Dara ampla divulgação, para ciência da população dos locais determinados.

Art. 89. A ninguém é permitido utilizar o lixo, sem a devida reciclagem, como adubo ou para alimentação de animais.

Art. 90. É proibido o despejo, nas vias públicas e terrenos sem edificação, de cadáveres de animais, entulhos, lixo de qualquer origem ou quaisquer matérias que possam ocasionar incômodos a população ou prejudicar a estética da cidade.

Parágrafo Único. Os cadáveres de animais de que trata este artigo , serão recolhidos pelo órgão competente da Administração Municipal, que providenciará a cremação ou enterramento.

Art. 91. A Administração Municipal fica responsável pela retirada das lixeiras instaladas anteriormente a publicação deste Código, em especial as de concreto que não se utilizam de sacos plásticos, e, que estejam em desacordo com as normas de segurança, estética e higiene preconizadas pela Vigilância Sanitária e a Secretaria Municipal de Infra-estrutura.

Art. 92. Nos prédios destinados a apartamentos ou escritórios, devem existir compartimentos adequados para deposito do lixo, que ofereçam facilidades para limpeza e higienização e de localização fácil para a coleta publica.

Parágrafo Único. As instalações de que trata este artigo devem permitir a limpeza e lavagens periódicas, e os tubos de queda devem ser ventilados na parte superior, acima da cobertura do prédio.

Capítulo VII

Das Estradas Municipais

Art. 93. As estradas, de que trata o presente Capítulo, são as que integram o Plano Viário Municipal e que servem de livre trânsito dentro do território do Município.

Art. 94. A mudança ou deslocamento de estradas municipais, dentro dos limites das propriedades rurais, deverão ser requeridas pelos respectivos proprietários à Administração Municipal.

Parágrafo Único. Neste caso, se os trabalhos de mudança ou deslocamento se mostrarem por demais onerosos, a Prefeitura poderá exigir que os proprietários concorram, no todo ou em parte, com a despesa.

Art. 95. É expressamente proibido:

I. Fechar, estreitar, mudar, ou de qualquer modo, dificultar a servidão pública das estradas e caminhos, sem a prévia licença da Administração Municipal;

II. Colocar porteiras, paus, madeiras, palanques ou qualquer outro tipo de obstrução nas estradas;

III. Arrancar ou danificar marcos quilométricos e outros sinais alusivos ao trânsito;

IV. Atirar nas estradas pregos, arames, pedras, paus, pedaços de metal, vidros, louças e outros corpos prejudiciais aos veículos e às pessoas que nelas transitam;

V. Arborizar com essências de grande porte as faixas laterais de domínio das estradas, exceto quando o proprietário estiver previamente autorizado pela Prefeitura;

VI. Destruir, obstruir ou danificar pontes, bueiros, esgotos, mata-burros e as valetas laterais ou logradouros de proteção das estradas;

VII. Fazer cisternas, valetas, buracos ou escavações, de qualquer natureza, no leito das estradas, caminhos e nas áreas constituídas pelos primeiros três metros internos da faixa lateral de domínio;

VIII. Impedir, por qualquer meio, o escoamento das águas pluviais das estradas, para os terrenos marginais;

IX. Encaminhar águas pluviais para o leito das estradas ou fazer barragens que levem as águas a se aproximarem do leito das mesmas;

X. Lançar qualquer tipo de resíduos sólidos ou líquidos às margens das estradas;

XI. Danificar, de qualquer modo, as estradas.

Art. 96. Os proprietários de terrenos marginais não poderão, sob qualquer pretexto, manter ou construir cercas de arame, cercas vivas, vedações ou tapumes de qualquer natureza ao longo das estradas, a não ser nos limites externos das faixas laterais do domínio que sejam autorizadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem.

§ 1º. Aos que contrariarem o disposto neste artigo, a Prefeitura expedirá notificação, concedendo o prazo de 20 (vinte) dias para reposição, em seus devidos lugares, das cercas de arame, cercas vivas, vedações ou tapumes.

§ 2º. Caso a parte notificada não possa dar cumprimento às exigências da Prefeitura, dentro do prazo a que se refere o parágrafo anterior, poderá requerer prazo adicional de até 30 (trinta) dias, desde que o faça antes de esgotado o prazo inicial.

§ 3º. Esgotados os prazos de que tratam os parágrafos anteriores, sem que a parte notificada tenha dado cumprimento ao disposto no § 1º, a Prefeitura executará a reposição exigida, cobrando do infrator o custo da mesma, acrescido de 20% (vinte por cento), a título de administração, além da multa prevista neste Capítulo.

Art. 97. Quanto à sua construção, as estradas municipais obedecerão, ressalvadas normas técnicas em contrário, às seguintes características:

I. Estradas principais ou troncos: faixa carroçável de 8 (oito) a 12 (doze) metros de largura, com faixa lateral de domínio de 4 (quatro) metros;

II. Estradas secundárias: faixa carroçável de 6 (seis) a 8 (oito) metros de largura, com faixa lateral de domínio de 3 (três) metros.

Capítulo VIII

Do Comércio Ambulante

Art.98. Para os fins deste Código, considera-se comércio ambulante a atividade de venda de mercadorias ao varejo, realizada em vias e logradouros públicos, ou em locais previamente determinados pela Administração Municipal, através de licença que será renovada anualmente pela Administração Municipal.

Art. 99. A renovação, de que trata o artigo anterior, deverá ser feita através do recolhimento do carnê, junto ao departamento de Expediente da Administração Municipal, sendo que as licenças, não renovadas dentro da especificidade, serão automaticamente canceladas.

Parágrafo Único. No caso de cancelamento, entender-se-á que não mais existe interesse por parte do comerciante ambulante, na prática de suas atividades, e, em assim sendo, o próximo pretendente por ordem de protocolo e requisição, receberá a sua licença para a prática do comércio ambulante.

Art. 100. Os ambulantes estabelecidos anteriormente à promulgação deste Código em espaços públicos, fica permitido a juízo da Administração Municipal e a título precário, o uso dessas vias, logradouros e praças públicas, pelo período máximo de 1 (um) ano, ocasião em que deverão deixar o local

Parágrafo Único Exceção ao especificado no caput deste artigo são as bancas de vendas de jornais e revistas, que pelo seu aspecto educativo e cultural, terão permissão de funcionamento através de deferimento no requerimento em que foi pedida tal solicitação.

SEÇÃO I

Do Licenciamento ao Comércio Ambulante

Art. 101. Será solicitada abertura de inscrição para exploração do comércio ambulante através de Certidão de Atividades preenchida com todos os dados e se acatada pelos setores competentes, anexando a documentação necessária para a abertura da mesma.

§ 1º A administração poderá negar, a seu critério, a inscrição àqueles que não se enquadrem ao exercício da atividade de comércio ambulante.

§ 2º Deferido o pedido de inscrição, será expedido o competente Alvará e fornecido um número que deverá ser fixado no equipamento utilizado pelo comerciante ambulante.

§ 3º O número do Alvará será pintado em fundo branco com os números em preto, no tamanho a ser estabelecido pela Administração Municipal.

§ 4º Poderá a Prefeitura, a seu critério, estabelecer o sistema de colocação de placas a serem fornecidas por ela, mediante o recolhimento da taxa de emissão da placa, conforme especificado no Código Tributário Municipal.

§ 5º Terão preferência para renovação da licença de trabalho, os ambulantes que já são portadores do competente Alvará Municipal.

§ 6º Os não portadores desse Alvará deverão submeter-se às exigências municipais constantes deste Código.

§ 7º A Inscrição para o comércio ambulante deverá estar sempre em poder do mesmo, para ser exibida à fiscalização quando solicitado, e será cassada quando estiver em poder de terceiros.

Art. 102. A concessão de licença às pessoas físicas, para o exercício da atividade de comércio ambulante autônomo, é terminantemente intransferível.

Art. 103. A concessão de licença poderá ser transferida, no caso de falecimento do titular, para o cônjuge ou filho maior, após análise de setor competente da Administração Municipal.

Art. 104. A indicação dos locais que podem ser utilizados pelo comércio ambulante será feito, em caráter provisório, podendo ser alterada a qualquer tempo, em função do desenvolvimento da cidade ou quando esses locais apresentarem-se inadequados ou prejudiciais ao bem-estar da comunidade, caso em que os vendedores ambulantes serão notificados pela Administração Municipal com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Parágrafo Único. A Administração Municipal, através do departamento competente, poderá, mediante Decreto, restringir ou criar locais específicos para a implantação de espaços a serem explorados pelo comércio ambulante.

SEÇÃO II

Das Obrigações do Comerciante Ambulante

Art. 105. São obrigações do comerciante ambulante:

I. Comercializar somente mercadorias especificadas na respectiva concessão e exercer a sua atividade nos locais estipulados pela Administração Municipal;

II. Colocar à venda mercadorias em perfeitas condições de higiene e próprias para o consumo, atendendo o interesse da saúde pública e o disposto nas Normas Técnicas e Sanitárias estabelecidas pela municipalidade;

III. Portar-se com decência, lisura e respeito, tanto em relação ao público em geral, quanto aos colegas de profissão, de forma a não perturbar a tranqüilidade pública;

IV. Transportar e estacionar os equipamentos e bens de forma a não impedir ou dificultar o trânsito;

V. Acatar as determinações da fiscalização, exibindo a respectiva documentação fiscal, quando solicitada;

VI. Zelar e cuidar da limpeza e higiene do local onde estiver exercendo suas atividades;

VII. Observar e cumprir as normas que disciplinem o comércio ambulante em geral;

VIII. Manter em sua posse toda documentação sanitária exigida pela legislação vigente;

IX. Utilizar gás GLP para cozimento de produtos desde que mantidas obrigatoriamente ventilação no compartimento onde fica o botijão, bem como utilizar de mangueiras aprovadas pelo Corpo de Bombeiros.

Parágrafo Único. O comerciante ambulante é responsável pelos atos praticados pelos seus auxiliares ou empregados, concernentes a atitudes contrárias aos bons costumes, inclusive com relação ao desacato ou não cumprimento de determinações expressas neste Código e Pelo Departamento De Fiscalização.

Seção III

Das Proibições ao Comerciante Ambulante

Art. 106. Fica proibida venda ambulante em barracas ou bancas com cobertura, fixa ou não, plástica, metálica, de lona ou similares, nas vias, passeios e logradouros públicos, para a exploração de quaisquer tipos de comércio, exceto em datas que o setor competente da Administração Municipal assim determinar.

Art. 107. Fica terminantemente proibido o exercício do comércio ambulante, cujas atividades estejam disciplinadas por Lei, sem licença prévia da Administração Municipal e fora dos locais por ela determinados, salvo quando devidamente autorizadas pela Autoridade Fiscal competente, em ocasiões e condições especiais.

Art. 108. Não será concedido, em hipótese alguma, o licenciamento de atividades a menores de 18 (dezoito) anos, sendo, porém permitido o trabalho destes como prepostos ou empregados do comerciante ambulante.

Art. 109. Não será permitida a permanência, em vias e logradouros públicos, de carrinhos de lanches, caldo de cana e similares, após o término da sua jornada diária de trabalho, bem como dos que não estejam sendo utilizados e, por consequência, abandonados.

§ 1º. Fica configurado como abandono, a permanência nas vias e logradouros públicos por um prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, dos carrinhos de lanches, caldo de cana e similares, sem a devida justificativa à autoridade competente.

§ 2º Não será permitido aos ambulantes, a venda de cigarros, fogos de artifícios, bebidas alcoólicas ou destiladas, ou quaisquer produtos, que a juízo da Administração Municipal ofereçam perigo à saúde e a segurança pública;

Art. 110. Fica proibida a renovação do Alvará de Licença e Funcionamento para qualquer tipo de comércio ambulante, estabelecido de maneira permanente ou não, em Praças Públicas e áreas de Patrimônio Público se assim ficar definido pelo setor competente da Administração Municipal.

Parágrafo Único. Fica ainda vedada a instalação do comércio ambulante:

I. A uma distância inferior a 5,00 (cinco) metros da faixa de retenção da travessia de pedestres;

II. A menos de 5,00 (cinco) metros da esquina mais próxima;

III. Sobre pontes, ilhas de travessia ou separação de vias públicas e escadas públicas;

IV. A menos de 5,00 (cinco) metros de distância de equipamentos públicos, tais como: hidrantes, válvulas de incêndio, orelhões e cabinas telefônicas, pontos de ônibus, farmácias, cemitérios e estabelecimentos assemelhados;

Art. 111. Fica proibida a utilização de veículos de tração animal ou carroça para a comercialização de alimentos preparados, tanto na zona rural quanto na urbana.

Art. 112. Aos equipamentos ambulantes, destinados exclusivamente ao comércio de gêneros alimentícios, fica vedado o transporte de objetos ou mercadorias estranhas ao ramo do comércio e, em especial, o transporte de passageiros.

Seção IV

Do Comércio Ambulante Eventual

Art. 113. Consideram-se ambulantes eventuais os comerciantes da cidade de Serrana, bem como de outros Municípios, que não possuam Licença Municipal anual para o exercício de suas atividades.

§ 1º Aplicam-se aos ambulantes eventuais todas as determinações legais relativas ao comércio ambulante em geral, previstas neste Código, seguidas das determinações abaixo:

I. O ambulante eventual recolherá aos cofres públicos uma taxa diária, conforme especificada no Código Tributário Municipal, para poder exercer suas funções;

II. Os comerciantes eventuais estarão sujeitos, independentemente do recolhimento das taxas previstas no inciso anterior, às normas técnicas e sanitárias da municipalidade;

III. Os ambulantes eventuais que não se sujeitarem ao disposto nos incisos I e II, § 1º deste artigo, terão os seus bens móveis e as suas mercadorias apreendidas, sem prejuízo do recolhimento da taxa diária mencionada.

§ 2º Ficam proibidas licenças para ambulantes eventuais, que comercializem consórcios, veículos, móveis, utensílios e eletrodomésticos, calçados e artefatos em couro, bem como quaisquer produtos de bens duráveis e serviços, em praças, vias e logradouros públicos, podendo apenas estabelecer-se eventualmente, em feiras-livres com autorização especial da Administração Municipal.

Seção V

Das Normas Relativas Ao Comércio Ambulante de Gêneros

Alimentícios

Art. 114. O comércio ambulante de gêneros alimentícios deverá obedecer às normas técnicas de ordem sanitária, cuja fiscalização será exercida pela Vigilância Sanitária da municipalidade.

Capítulo IX

Das Feiras Livres

Art.115. A feira livre de Serrana existente e as que vierem a se constituir destinam-se à comercialização a varejo, no horário, dias e lugares estabelecidos pela Administração Municipal.

§ 1º. As feiras livres comercializarão gêneros hortifrutigranjeiros e outros produtos alimentícios, assim como utensílios, produtos de artesanato e artigos manufaturados e semi-manufaturados, de uso pessoal ou doméstico.

§ 2º O número de bancas e ou barracas, instaladas para venda de gêneros não alimentícios, não pode ultrapassar a 40% (quarenta por cento) do total de bancas e barracas registradas.

Art. 116. Os feirantes somente poderão negociar seus produtos após preenchimento das exigências do Serviço Sanitário, da Fiscalização Municipal e Estadual, e da aquisição da Licença de Funcionamento fornecida pela Administração Municipal.

Art. 117. Fica, a critério da Administração Municipal, a ampliação do número das sessões diárias da feira livre, podendo proceder, a seu critério, a transferência de seus atuais locais de funcionamento, sempre que julgar conveniente ao maior e melhor atendimento do público e aos interesses dos feirantes.

Art. 118. Os horários pré-estabelecidos, poderão a critério da Administração Municipal, ser alterados por Decreto.

Parágrafo Único. É proibida a realização de duas ou mais feiras livres no mesmo local.

Art. 119. A licença do feirante é pessoal e intransferível.

Parágrafo Único .Em caso de compra de barracas já em funcionamento, o novo feirante deverá obter sua licença individual previamente, e ocupará a mesma vaga de seu antecessor.

Art. 120. Durante o período de funcionamento das feiras, fica proibida a entrada de veículos para carga e descarga de mercadorias.

Parágrafo Único. Fica também proibida a permanência de qualquer tipo de veículo no local.

Art. 121. As bancas e barracas devem ser montadas a uma distância de, no mínimo, 1 (um) metro dos muros e muretas, de modo a permitirem o livre trânsito do público.

Art. 122. Além do cumprimento dos demais dispositivos do presente Código, e sem prejuízo de normas adicionais necessárias ao bom funcionamento das feiras livres, a serem determinadas pela Administração Municipal, deverão ser obedecidas pelos feirantes as seguintes prescrições e normas:

I. Os feirantes deverão exibir documentos de licença, quando solicitados pela fiscalização;

II. As barracas deverão obrigatoriamente ser cobertas por lona ou toldo, impermeável e em boas condições de conservação, de modo a proteger as mercadorias das chuvas e dos raios solares;

III. Nas feiras matinais, o horário previsto de funcionamento será das 06:00 (seis) às 12:00 (doze) horas, e até às 07:00 (sete) horas da manhã, as barracas deverão estar montadas e os feirantes em condições de iniciar o atendimento ao público;

IV. Em havendo feiras vespertinas, e demais feiras, o horário previsto de funcionamento será definido pela Administração Municipal;

V. As mercadorias devem ser dispostas sobre as bancas e acondicionadas acima do nível do solo;

VI. As barracas e mercadorias devem ser dispostas de modo a não interromper o livre trânsito do público;

VII. É proibido afixar cartazes, mostruários ou mercadorias em árvores ou postes;

VIII. Devem ser afixadas etiquetas visíveis, indicando o preço de cada mercadoria exposta à venda;

IX. Somente deverão ser utilizados pesos, balanças e outros instrumentos de medidas devidamente aferidos pela repartição competente;

X. Não vender gêneros alimentícios deteriorados ou falsificados;

XI. Usar avental durante todo período de funcionamento da feira;

XII. Cuidar do asseio individual e conservar limpas as bancas, utensílios, balanças e pesos, assim como a área ocupada pela barraca;

XIII. Manter recipiente adequado, em sua barraca ou banca, para receber papéis, resíduos e detritos sólidos;

XIV. Tratar o público, os colegas feirantes e a fiscalização com respeito, compostura e linguagem conveniente, podendo apregoar suas mercadorias sem algazarra e sem uso de alto-falantes;

XV. Não se apresentar alcoolizado e nem ingerir bebidas alcoólicas durante o período de suas atividades nas feiras livres;

XVI. Estacionar os veículos que conduzem suas mercadorias em ordem e nos locais para esse fim, indicados pela fiscalização;

XVII. A desmontagem das barracas, balcões e tabuleiros deve ser realizada no prazo máximo de 1 (uma) hora após o término do período de funcionamento da feira livre, de modo que seja facilitada a limpeza rápida do local utilizado, devendo o responsável pela barraca fazer a limpeza do local onde lhe está delimitada a área de utilização, acondicionando os resíduos coletados em sacos apropriados para a coleta e destinação final adequadas.

Art. 123. Nas feiras matinais, as mercadorias que não forem vendidas até às 12 (doze) horas, deverão ser retiradas dos locais de funcionamento das feiras livres.

Capítulo X

Serviços **Dos Estabelecimentos Industriais, Comerciais e Prestadores de**

Seção I

Do Licenciamento

Art. 124. Nenhum estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviço poderá funcionar sem prévia licença da Administração Municipal.

Parágrafo Único. O requerimento deverá especificar com clareza:

- I. O ramo da atividade a ser executada e o tipo de serviço a ser prestado;
- II. O local onde será exercida a atividade.

Art. 125. Não será concedida licença ao estabelecimento industrial, dentro do perímetro urbano, cuja atividade possa prejudicar a saúde pública.

Art. 126. A licença para o funcionamento de açougue, padaria, confeitaria, leiteria, café, bar, restaurante, hotel, pensão e outros estabelecimentos congêneres, será precedida de aprovação da autoridade sanitária competente.

Art. 127. Para a concessão de licença de funcionamento, o prédio e as instalações do estabelecimento comercial, industrial e prestador de serviço deverá ser previamente vistoriado pelos órgãos competentes, em particular no que diz respeito às condições de higiene e segurança.

Art. 128. O alvará de localização deverá ficar afixado em lugar visível e exibido à autoridade competente sempre exigido.

Art. 129. A mudança do local do estabelecimento comercial, industrial e prestação de serviços deverá ser precedida da necessária autorização do Município, comprovando que o novo local preenche todas as exigências legais.

Art. 130. A licença de localização será cassada:

I. Quando instalada atividade diversa da consignada no alvará de funcionamento;

II. Para preservação da higiene, da moral, do sossego e segurança pública;

III. Em razão da inexistência da afixação do alvará em local visível ou quando sua exibição for negada;

IV. Por solicitação da autoridade competente, comprovados os motivos que a justifique.

Parágrafo Único. Cassada a licença, ou sendo ela inexistente, o estabelecimento será imediatamente fechado.

Art. 131. Aplica-se o disposto neste Capítulo ao comércio de alimentos realizado em quiosques, vagões, vagonetes montados em veículos automotores ou por estes tracionáveis.

§ 1º. É vedado o estacionamento desses veículos ou de seus componentes em vias e logradouros públicos do Município sem prévia autorização da autoridade competente do Município.

§ 2º. O pedido de licença para localização do tipo de comércio de o presente artigo será instruído com os seguintes documentos:

I. Carteira de saúde;

II. Comprovante de Identidade;

III. Certificado de propriedade e comprovante de licenciamento do veículo, quando for o caso;

IV. Alvará sanitário pela autoridade competente.

V. Comprovação da propriedade do terreno onde será exercido o comércio ou autorização do seu proprietário.

§ 3º. A licença nos casos previstos neste artigo será concedida pelo prazo de 6 (seis) meses, podendo ser renovada por outros períodos, a critério da Administração Municipal.

Seção II

Do Horário de Funcionamento

Art. 132. Os estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços e industriais funcionarão, obrigatoriamente, das 8:30 horas às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira e das 8:30 às 13:00 horas nos sábados.

§ 1º. Excetua-se do disposto do “caput” do presente artigo as farmácias e drogarias, as quais, pela natureza de suas atividades, funcionarão, obrigatoriamente, das 8:30 horas às 19:00 horas de segunda-feira a sábado .

§ 2º. Independentemente de alvará especial, os horários estabelecidos no “caput” e parágrafo primeiro do presente artigo poderão ser prorrogados por uma hora.

Art. 133. Mediante alvará prévio, os estabelecimentos comerciais e industriais e prestadores de serviços poderão funcionar em horário especial, desde que preservado o sossego e segurança pública.

§ 1º. Poderá ser concedida autorização para o funcionamento desses estabelecimentos por 24 (vinte e quatro) horas em todos os dias da semana.

§ 2º. Por conveniência pública, o Município poderá limitar o horário de funcionamento dos bares e assemelhados.

§ 3º. Administração Municipal, no mês de dezembro, em concordância com o ACIS, poderá prorrogar o horário dos estabelecimentos comerciais.

Art. 134. Não haverá restrição de horário para as atividades constantes do Anexo 1. Quadros 1, 2 e 3 da Lei do Plano Diretor, Título II, Ordenamento do Território, desde que cumpridos as medidas mitigadoras para a sua aprovação e funcionamento, bem como, emitida Licença pelo órgão competente da Administração Municipal.

§1º. A juízo da Administração Municipal poderão, ainda, ser concedidas as licenças especiais das quais trata este artigo a estabelecimentos e atividades cujo funcionamento ou desempenho fora do horário normal seja de interesse público.

§2º. Para funcionamento de estabelecimento de mais de um ramo de comércio, será observado o horário determinado para a espécie principal.

Art. 135. O Município expedirá alvará de funcionamento em horário especial mediante prévio pagamento das taxas devidas.

Parágrafo Único. O início e término do horário especial de funcionamento serão determinados pela Administração Municipal, observando o interesse público, a utilidade social da atividade e a preservação do sossego e segurança pública.

Art. 136. É proibido, fora do horário normal de funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços:

I. Praticar ato de compra e venda;

II. Manter abertas ou semi abertas às portas do estabelecimento, ainda que dêem acesso ao interior do prédio e este sirva de residência ao responsável;

Parágrafo Único. Não constitui infração a abertura do estabelecimento para lavagem ou limpeza, ou quando o responsável não tendo outro meio de se comunicar com a rua conserve uma das portas de entrada aberta para efeito de recebimento.

Art. 137. A Administração Municipal fixará, mediante decreto, o plantão de farmácias nos domingos e feriados.

§1º. O regime obrigatório de plantão semanal das farmácias obedecerá rigorosamente às escalas fixadas por decreto do prefeito, consultados os proprietários de farmácias e drogarias locais.

§2º. As farmácias e drogarias ficam obrigadas a afixar em suas portas, na parte externa e em local bem visível, placas indicadoras das outras que estiverem de plantão, onde conste o nome e o endereço das mesmas.

Capítulo XI

Da Higiene das Edificações e da Alimentação

Art. 138. A Vigilância Sanitária, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado e de acordo com a legislação vigente, exercerá, severa fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Art. 139. A Vigilância Sanitária, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado e de acordo com a legislação vigente, exercerá, severa fiscalização em relação à Higiene dos Estabelecimentos Comerciais, Industriais e de Prestação de Serviços.

Capítulo XII

Das Medidas Referentes aos Animais

Artigo 140. É proibida a criação de animais de corte, transporte e produção de leite na zona urbana do município.

§1º. Serão permitidas na zona urbana pequenas criações de aves, desde que mantidas em cativeiro e cujo número total não ultrapasse 03 (três) unidades.

§ 2º. A proibição mencionada neste artigo não se aplica quando a criação desses animais ocorrer nas zonas de chácaras e na macrozona de expansão urbana devendo ser observadas as seguintes regras:

- I. Manter os animais em confinamento;
- II. Os pisos das instalações deverão ser impermeabilizados;
- III. Os dejetos das lavagens das instalações deverão ser canalizados para fossas sépticas exclusivas, vetada a sua condução até as fossas em valas ou em canalizações a céu aberto.

Art. 141. Somente na zona rural será permitida a criação de porcos e instalação de chiqueiros, devendo essas instalações:

- I. Estar localizadas a uma distância de 50 (cinquenta) metros, no mínimo, das divisas dos terrenos vizinhos e das estradas;
- II. A pocilga terá o piso impermeabilizado e será provida de água corrente e as paredes deverão ser impermeabilizadas até a altura de 1 (um) metro, no mínimo.
- III. Serem resíduos sólidos e líquidos depositados em fossas sépticas construídas para essa finalidade, de forma a não comprometer as condições sanitárias do lençol freático e do solo.

Art. 142. É obrigatória a vacinação anti-rábica anual dos animais domésticos, especialmente cães e gatos.

Art. 143. Novas instalações de estábulos, cocheiras, granjas avícolas e estabelecimentos congêneres serão permitidas somente na zona rural e deverão:

- I. Ficar à distância mínima de 50 (cinquenta) metros dos limites dos terrenos vizinhos e das faixas de domínio das estradas.
- II. O piso dos estábulos, cocheiras, granjas de aves de corte e estabelecimentos congêneres deve ser mais elevado que o solo exterior, revestido de camada resistente e impermeável e ter declividade mínima de 0,5% (meio por cento) até o conduto que receba e encaminhe os resíduos líquidos para o sistema de tratamento de efluentes;

III. Os estábulos, cocheiras, granjas, avícolas e estabelecimentos congêneres, não beneficiados pelo sistema público de água e esgoto, ficam obrigados a adotar medidas, aprovadas pela autoridade sanitária, referente à provisão suficiente de água e à disposição dos resíduos sólidos e líquidos.

§ 1º. Poderão ser dispensados os revestimentos impermeáveis dos pisos, quando se tratar de criação de aves em gaiolas ou ripados, desde que os galpões sejam convenientemente ventilados e adotadas medidas adequadas contra proliferação de moscas, parasitas e desprendimento de odores.

§ 2º. Nos estabelecimentos referidos no presente artigo serão permitidos compartimentos habitáveis, destinados aos tratadores, desde que completamente isolados.

Art. 144. As granjas avícolas, existentes na macrozona urbana, até a data da publicação deste Código, poderão continuar suas atividades, desde que devidamente adaptadas para evitar prejuízo à saúde pública e ao bem estar da população.

§ 2º. Para determinar ou aprovar medidas técnicas de adaptação, a autoridade sanitária ouvirá, sempre que necessário, os órgãos especializados da Secretaria da Agricultura, visando a compatibilização das medidas sanitárias com a técnica avícola.

§ 3º. Verificada a impossibilidade de adequação às normas desta lei, a autoridade sanitária fixará prazo para seu fechamento ou remoção, obedecendo ao seguinte critério:

I. Granjas de aves de corte no prazo mínimo de 90 (noventa) e máximo de 180 (cento e oitenta) dias;

II. Granjas de produção de ovos, no prazo mínimo de 6 (seis) e máximo de 30 (trinta) meses.

§ 4º. Os estábulos, cocheiras e estabelecimentos congêneres deverão ser removidos, no prazo máximo de 1 (um) ano, quando situados na macrozona de expansão urbana, a critério da autoridade sanitária, quando o local se tornar núcleo de população densa.

Capítulo XIII

Da Fiscalização

Art. 145. A fiscalização de posturas no município será exercida pela Administração Municipal e seus agentes.

Seção I

Das Infrações

Art. 146. Constitui infração toda a ação ou omissão contrária às disposições deste Código, de sua regulamentação e da legislação municipal pertinente, com as correspondentes penalidades:

Art. 147. Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração e, ainda, os encarregados da execução deste Código que, tendo conhecimento da infração, deixarem adotar as providências adequadas.

Art. 148. Será cassado o alvará expedido sempre que houver infração às normas deste Código.

Seção II

Das penalidades

Art. 149. As infrações aos dispositivos desta lei serão punidas, alternada ou cumulativamente, com as penalidades de:

- I. Advertência ou notificação preliminar;
- II. Multa de 56,35 (cinquenta e seis virgula trinta e cinco) UFM a 1.898,56 (um mil oitocentos e noventa virgula cinquenta e seis) UFM;
- III. Apreensão de material ou produto;
- IV. Recomposição dos recursos ambientais degradados;
- V. Interdição parcial ou total, temporária ou definitiva do estabelecimento ou da atividade ambulante;

§1º. A imposição das sanções não se sujeita à ordem em que estão relacionadas neste artigo.

§2º. A aplicação de uma das sanções previstas neste artigo não prejudica a de outra, se cabível.

Art. 150. A Administração Municipal, em conjunto com o Conselho Municipal de Política Urbana, definirão as penalidades previstas neste código, no limite de valores estabelecidos no inciso II do artigo 149.

Art. 151. A aplicação de sanção de qualquer natureza não exonera o infrator do cumprimento da obrigação a que esteja sujeito, nos termos desta Lei.

Art. 152. As penalidades a que se refere esta Lei não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração ou cumprimento de obrigação gerada pelas posturas do Município.

Seção III

Da Advertência ou Notificação Preliminar

Art. 153. Ocorrendo infração às normas estabelecidas nesta lei e não ocorrendo danos para a comunidade, será expedida contra o infrator notificação preliminar, estabelecendo-se um prazo para que este regularize a situação.

§1º. O prazo para a regularização da situação não deve exceder o máximo de 15 (quinze) dias e será arbitrado pelo agente fiscal no ato da notificação.

§2º. Decorrido o prazo estabelecido sem que o notificado tenha regularizado a situação apontada, lavrar-se-á o respectivo auto de infração.

Art. 154. A notificação será dirigida ao infrator ou ao seu representante.

Parágrafo Único. No caso de recusa ou impossibilidade de assinar a notificação, será lavrada certidão a respeito no respectivo auto.

Seção IV Das Multas

Art. 155. Os valores monetários das multas previstas serão estabelecidos em Real e sua atualização em conformidade com a legislação municipal.

Art. 156. Conforme sua gravidade, a infração será classificada em leve, média e grave.

Art. 157. Para imposição da graduação às infrações levar-se-ão em conta:

I. Sua natureza e a gravidade e suas conseqüências para a comunidade e para o meio ambiente;

II. As circunstâncias e agravantes;

III. Os antecedentes do infrator com relação a disposições desta Lei, seus regulamentos.

Art. 158. Verificada pela fiscalização a ocorrência de infração a norma prevista na legislação municipal, o agente fiscal lavrará o auto de infração, observando as exigências previstas nesta lei.

Art. 159. A aplicação da multa poderá ter lugar em qualquer época, durante ou depois de constatada a infração.

Art. 160. Não poderá participar de licitações, celebrar contratos, termos e convênios com municipalidade os infratores em débito com o pagamento de multa a ele imposta.

Art. 161. Na reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Parágrafo Único. Considera-se reincidente aquele que violar preceito desta por mais de uma vez.

Seção V Da Apreensão de Material, Produto ou Mercadoria

Art. 162. O material, produto ou mercadoria que represente risco a segurança e saúde da população será apreendido e removido para o depósito Municipal ou confiado à guarda de depositário.

§ 1º. O proprietário poderá, no de 10 (dez) dias, os bens apreendidos, mediante prévio pagamento das multas aplicadas e das despesas decorrentes da apreensão, transporte e depósito.

§ 2º. Esgotado o prazo referido no parágrafo anterior, serão os bens apreendidos vendidos em leilão, ficando à disposição do proprietário o produto da venda, deduzido o valor da multa e das despesas efetuadas.

Art. 163. No caso de material ou mercadoria perecível, o prazo para reclamação ou retirada será de 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo Único. Expirado esse prazo, estando as mercadorias próprias para o consumo humano, serão doadas a instituições da assistência social e no caso de deterioração, serão inutilizadas.

Seção VI Da Interdição

Art. 164. O estabelecimento infrator pode ser total ou parcialmente interditado nos seguintes casos:

- I. Ser utilizado para fim diverso do declarado no respectivo alvará, gerando risco para o meio ambiente, degradação da qualidade ambiental;
- II. Não atendido o prazo concedido para regularização.

Art. 165. Constatada a infração que autorize a interdição, o proprietário do estabelecimento será intimado para a devida regularização, no prazo de 30 (trinta), podendo ser prorrogado de acordo com a extensão das obras ou a complexidade das adaptações necessárias.

Parágrafo Único. O prazo estabelecido neste artigo não prevalecerá no caso de a infração constatada oferecer risco grave e iminente para o meio ambiente.

Art. 166. Não atendida a intimação no prazo assinalado, será expedido auto de interdição que permanecerá interditado até a regularização da infração e o pagamento da multa devida.

Parágrafo Único. Não atendida a interdição, será o fato comunicado à Procuradoria Jurídica para as providências legais cabíveis.

Capítulo XIV Do Procedimento Administrativo Seção I Das Autuações Subseção I Do Auto de Infração

Art. 167. Auto de infração é o instrumento descritivo de ocorrência que, por sua natureza, características e demais aspectos peculiares, denote o cometimento de irregularidades que constituam infração a dispositivos deste Código ou da legislação municipal.

Art. 168. O auto de infração será lavrado pelo agente fiscal, em formulário oficial do Município, em 3 (três) vias, contendo:

- I. O endereço do estabelecimento;
- II. O número e a data do alvará de licença;
- III. O nome do proprietário e/ou responsável técnico, quando for o caso;
- IV. A descrição da ocorrência que constitui infração a esta lei;

- V. O preceito legal infringido;
- VI. A multa aplicada;
- VII. A intimação para a correção da irregularidade, dentro do prazo fixado;
- VIII. A notificação para o pagamento da multa ou apresentação de defesa dentro do prazo legal;
- IX. A identificação e assinatura do autuante e do autuado.

§ 1º. A primeira via será entregue ao autuado e a segunda servirá para a abertura de processo administrativo, permanecendo a última no talonário, em poder do fiscal.

§ 2º. As omissões ou incorreções do auto não acarretarão sua nulidade quando no processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§ 3º. No caso de ausência do autuado ou de sua recusa em assinar o auto de infração, o autuante fará menção dessas circunstâncias no auto, colhendo a assinatura de pelo menos 1 (uma) testemunha, facultada a intimação via correio por meio de Aviso de Recebimento.

Art. 169. Nos casos em que se constate perigo iminente para a comunidade, será lavrado o auto de infração, independente de notificação preliminar.

Subseção II

Dos Autos de Apreensão de Materiais ou Produtos e da Interdição de Estabelecimentos

Art.170. O auto de interdição de estabelecimentos e a apreensão de materiais, produtos ou mercadorias é da competência do agente fiscal competente.

Seção II

Da Defesa do Autuado

Art. 171. O autuado terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para impugnação do auto de imposição de penalidade, contado da data do recebimento da notificação.

§ 1º. Na hipótese de o autuado não ter sido encontrado para intimação, será notificado por via postal, com aviso de recebimento.

§ 2º. O não recebimento ou a entrega da notificação, após o decurso desse prazo, constitui ônus de prova do destinatário.

§ 3º. Se o autuado criar embaraços ao recebimento da notificação será lavrada a competente certidão, considerando-o regularmente notificado, iniciando-se desta data o prazo para defesa.

Art. 172. A defesa será feita por petição, podendo ser instruída com os documentos necessários.

Art. 173. A apresentação da defesa no prazo legal suspenderá o pagamento da multa, até o seu julgamento administrativo.

Art. 174. Não caberá defesa contra notificação preliminar.

Seção III Da Decisão Administrativa

Art. 175. Decorrido o prazo para defesa, o processo administrativo será encaminhado ao responsável pelo órgão competente para decisão.

Parágrafo Único. Se entender necessário, a autoridade julgadora poderá determinar a realização de diligências, para esclarecimento de questão duvidosa, bem como encaminhar o processo para parecer da Procuradoria Jurídica.

Art. 176. O autuado será notificado da decisão da primeira instância pessoalmente ou por via postal.

Seção IV Do Recurso

Art. 177. Da decisão de primeira instância caberá recurso ao órgão competente, sem efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 178. O recurso será formalizado por petição, vedada a juntada de novos documentos.

Parágrafo Único. É vedado, em uma só petição, interpor recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo recorrente, salvo quando as decisões forem proferidas em um único processo.

Art. 179. O recurso somente será recebido acompanhado de comprovante do pagamento da multa aplicada, quando for o caso.

Art. 180. A decisão do órgão superior é irrecurável, sendo a intimação da mesma efetivada através do jornal encarregado da publicação dos atos oficiais do Município.

Seção V Dos Efeitos das Decisões

Art. 181. A mantida a autuação, os efeitos da autuação consideram-se definitivos.

Art. 182. A decisão que tornar insubsistente a autuação produz os seguintes efeitos:

- I. Autoriza o autuado a receber a devolução da multa paga indevidamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis depois da formalização desse pedido;
- II. Extingue interdição do estabelecimento.

Seção VI Da Representação

Art. 183. Quando incompetente para notificar preliminarmente ou para autuar, o servidor municipal deve comunicar à Autoridade competente a ocorrência de ação ou omissão infringindo as normas em vigor no Município.

§1º. A representação, feita por escrito, mencionará em letra legível, o nome, a profissão, o endereço do seu autor, os elementos ou circunstâncias em razão das quais se tornou conhecida à infração e as eventuais provas, devendo ser assinada.

§2º. Recebida a representação, a autoridade competente determinará de imediato a realização das diligências necessárias para a apuração dos fatos denunciados, para verificar a respectiva veracidade, e, se couber, notificará preliminarmente o infrator, autuá-lo ou arquivará a representação.

Art. 184. Sempre que solicitada à intervenção da fiscalização ambiental, os fiscais deverão diligenciar para a apuração dos fatos.

Capítulo XV

Disposições Gerais

Art. 185. Constitui infração grave, punida com multa, o fato de alguém tentar ou Impedir a aplicação das medidas preconizadas neste Código.

Art. 186. Nos casos de embaraço à Fiscalização de Posturas, poderá ser solicitada a intervenção da autoridade policial para garantir a execução da medida ordenada, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação vigente.

Art. 187. Quando ocorrer qualquer irregularidade, não prevista neste Código e para a qual não haja punição expressamente definida, serão aplicados os critérios referentes à classificação das infrações em leves, graves e gravíssimas.

Art. 188. Verificada a inexistência de alvará de localização, a fiscalização fará de devida comunicação à Secretaria Municipal de Fazenda, para as necessárias providências cabíveis.

§ 1º As multas estabelecidas neste Código serão reajustadas anualmente conforme legislação municipal.

Art. 189. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Nº 949/2002.

PAÇO MUNICIPAL ESTREL D'ALVA
25 de outubro de 2006.

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NA SECRETARIA GERAL DA PREFEITURA
NA DATA SUPRA NO LOCAL DE COSTUME

JOÃO MARCEL DIAS MUSSI
Diretor Geral da Assessoria de Negócios
Jurídicos e Secretaria Geral